

Governo federal suspende 3,4 milhões de multas do free flow

Raiz do problema está na falta de clareza do novo sistema de pedágio

/ RODOVIAS

Jamil Aiquel

jamil@jcrs.com.br

O governo federal anunciou a suspensão de 3,4 milhões de multas aplicadas a motoristas por evasão do pedágio eletrônico conhecido como “free flow”. Para aliviar a situação dos condutores autuados, foi estabelecida uma nova regra: os motoristas terão um prazo de até 200 dias para pagar as dívidas pendentes das tarifas de pedágio. Além disso, as concessionárias responsáveis pelas vias ganharam um prazo de 100 dias para se adaptarem à nova determinação.

O “free flow” é um sistema moderno de pedágio que dispensa as tradicionais paradas em cabines, utilizando pórticos equipados com câmeras e sensores para ler a placa ou a etiqueta eletrônica do veículo em movimento. Embora tenha sido implementado com a promessa de reduzir filas, evitar acidentes e tornar a cobrança mais justa, o modelo tem sido alvo de protestos e ações judiciais desde a sua estreia em 2024.

A raiz do problema, segundo o ministro dos Transportes, George Santoro, está na falta de clareza do sistema. Ele afirma, ainda, que o uso de um nome em inglês e a comunicação visual confusa dos pórticos de cobrança tornaram o processo “pouco amigável” para o usuário final, levando o governo a discutir um novo modelo de regulamentação com empresas, bancos e concessionárias.

A medida federal vem em um momento de forte questionamento do modelo. Em março deste



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Formato dispensa as tradicionais paradas em cabines para pagamento

ano, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP/RS) instaurou um inquérito civil para investigar a legalidade e a desproporcionalidade das autuações no Estado, após o governo gaúcho registrar a marca alarmante de mais de 559 mil multas até novembro de 2025.

Na ocasião, o promotor de Justiça Felipe Kreutz, responsável pelo inquérito, classificou o número de multas como “excessivo” e apontou que havia uma clara deficiência na comunicação com os motoristas. Para ele, o alto volume de autuações era uma indicação de que os usuários não agiram de má-fé.

Assim, antes mesmo da intervenção federal, o MP/RS vinha pressionando o Estado para adotar medidas que protegessem o consumidor, sugerindo que o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) notificasse o motorista sobre o débito antes de aplicar a multa, ou que o pagamento atrasado servisse para cancelar a infração. O Estado chegou a sugerir que o governo federal repassasse os dados para a concessionária

fazer os avisos, mas a proposta foi vista como insuficiente pelo Ministério Público gaúcho.

Apesar de o Daer e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE/RS) defenderem a legalidade inicial das autuações nas vias sob concessão, a intervenção do governo federal altera significativamente o cenário. Foi concedido um prazo de 200 dias para a regularização de débitos de tarifas do serviço, e a aplicação de novas multas por infração foi interrompida durante este período.

A Concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG) orienta os motoristas que trafegam pelas rodovias do Vale do Caí e da Serra Gaúcha neste período de transição com regras referente ao pagamento das tarifas de pedágio free flow. O órgão estabelece o prazo até 16 de novembro de 2026 para que os usuários regularizem pendências relacionadas ao não pagamento de tarifas. Durante esse período, as multas ficam suspensas, mas continua válida a obrigação do pagamento.

Identificação precoce é o principal gargalo no combate ao feminicídio

/ SEGURANÇA PÚBLICA

Cássio Fonseca

cassiof@jcrs.com.br

Com 27 feminicídios até então, o Rio Grande do Sul vive um momento preocupante no combate à violência contra a mulher. A mobilização é feita de maneira contínua, mas o desafio de identificar os casos com antecedência é o mais complicado, já que eles acontecem dentro de casa. A vereadora Comandante Nádia (PL) e a delegada titular da 1ª Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Porto Alegre, Thaís Dequech, debateram ontem sobre o tema no Menu Poa “Feminicídio, uma consequência cultural?”, organizado pela Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA) e mediado pela presidente da entidade, Suzana Vellinho Englert.

Thaís explica que esta é sim uma questão cultural e cabe a toda a sociedade participar para tentar coibir. “Não é só um papel da Polícia Civil, nem só da Segurança Pública”, relata. Ela detalha que é preciso ter atenção ao comportamento masculino, e que a propagação de piadas machistas e desrespeitosas à mulher é um sinal, dentre tantos outros, como o comportamento agressivo e impaciente com a parceira.

Ela também se coloca contrária à denúncia anônima, já que há um enfraquecimento da investigação.

Em 2026, são 6.230 ocorrências de 1º de janeiro até esta terça apenas na Capital. Em média, são 50 por dia. O principal aumento foi no período da virada do ano e nos meses seguintes, janeiro e fevereiro, o que já é dentro do esperado, em razão do aumento do consumo de bebida alcoólica e drogas ilícitas, além da proximidade das pessoas nas confraternizações, que intensificam o convívio e, consequentemente, a violência doméstica.

Já a vereadora Nádia reforça que o grande desafio para erradicar o crime é antecipá-lo. “O Estado precisa entender que sinais são dados ao longo da trajetória dessa mulher que perde a vida em um dado momento. O crime de violência intrafamiliar é escalonado. Ele começa numa violência psicológica, moral, evolui para agressões físicas e chega no ponto em que essa mulher vai perder a vida”. Diante disso, o grande desafio é conseguir essa informação nos primeiros estágios, já que a legislação brasileira penal deixa muito claro que a casa é domicílio inviolável, onde ninguém poderá entrar sem ser convidado ou sem um mandado de busca e apreensão.



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Tema foi debatido durante almoço no Menu Poa, organizado pela ACPA

Rio Grande do Sul registra primeiras temperaturas abaixo do 0°C no ano

/ CLIMA

Cláudio Isaias

isaiaasc@jcrs.com.br

O Rio Grande do Sul registrou ontem as primeiras temperaturas abaixo de 0°C do ano, com mínima de -2,7°C em Soledade, no Alto da Serra do Botucaraí, no Norte gaúcho, o que provocou a formação de geada em grande número de municí-

pios. Levantamento da MetSul Meteorologia constatou que doze municípios que contam com estações meteorológicas anotaram temperaturas abaixo de zero no começo desta terça, um número bastante elevado em se tratando do primeiro dia do ano com marcas negativas.

A maior parte das regiões do Rio Grande do Sul teve temperaturas ou negativas ou perto de 0°C. Somente o Litoral anotou

marcas acima de 5°C, uma vez que até a Grande Porto Alegre registrou frio mais intenso com 4°C em Gravataí.

Em Porto Alegre, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) registrou a temperatura mínima de 7°C. A meteorologista Estael Sias, da MetSul Meteorologia, destaca que o frio segue até a manhã desta quinta-feira. A influência de uma massa de ar seco e frio de alta pressão atmos-

férica fez com que as temperaturas despencassem no Estado.

Conforme os prognósticos da MetSul, diversas cidades gaúchas podem chegar abaixo de 5 graus nesta quarta, especialmente em áreas de maior altitude, o que vai proporcionar a formação de geada. Na Serra do Sudeste e nos Campos de Cima da Serra, as temperaturas mínimas podem variar entre 0 e 2 graus, com possibilidade de marcas negati-

vas em alguns pontos isolados, o que é possível também no Planalto Sul de Santa Catarina.

Segundo o Inmet, a passagem da frente fria na Região Sul levará à ocorrência de tempo severo e fenômenos adversos de tempo (temporais, chuvas intensas, rajadas, raios e possibilidade de granizo) nos primeiros dias da semana. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a previsão é de acumulados de até 80 mm.